

Passarinho atribui erros a assessores

BRASÍLIA — Os resultados preliminares da sindicância que investiga as alterações no relatório final da CPI do Orçamento atribuem aos assessores do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) os erros encontrados até o momento. O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que presidiu a CPI, vai solicitar à Mesa Diretora da Câmara que abra inquérito para investigar a responsabilidade dos funcionários. Passarinho divulgou ontem quatro casos considerados "lapso dos assessores".

O primeiro caso se refere ao deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA). Ele acabou fora do relatório porque os assessores de Magalhães valeram-se de uma tabela que dava a Tinoco e ao deputado Mussa Demes (PFL-PI) o mesmo índice. Resultado: Tinoco foi citado no sumário, mas nas páginas onde deveriam constar o relatório sobre o seu caso aparece Demes.

O segundo problema foi o do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA). Segundo Passarinho, o relator considerara as provas insuficientes para sugerir a cassação e, por um equívoco material, os assessores deixaram permanecer a argumentação que subsidiava a decisão anterior, contrária à posição final do relator.

No terceiro erro — Jesus Taura (PFL-PI) — o texto do relatório final manteve a decisão anterior de encaminhá-lo à mesa para novas investigações.

Por último, Passarinho listou o deputado Carlos Benevides (PMDB-CE), que aparece no relatório de Magalhães com uma movimentação de US\$ 2 milhões. Tal valor na verdade se referia à movimentação em cruzeiros.

Em relação ao sumiço de seis páginas sobre o deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), o assessor Marcos Nardon admitiu ter repassado dados à imprensa antes da votação do relatório, causando confusão.